



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIVISÃO DE APOIO AO COMITÊ INTERFEDERATIVO – DCI/PRESID

ATA DA 7ª REUNIÃO INTERCÂMARAS DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, às dez horas, na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, na Sala Guimarães Rosa, 2º Andar, localizado na Rua da Bahia, nº 1600, Bairro de Lourdes, em Belo Horizonte/MG, teve início a 7ª Reunião Intercâmaras do Comitê Interfederativo, com pauta única referente à análise conjunta pelas Câmaras Técnicas da nova versão do Mapa da ÁREA AMBIENTAL 1. Inicialmente, o coordenador da CT-BIO fez breve histórico relativo à Deliberação nº 74, que determinou a elaboração de mapa com a clara definição espacial da Área Ambiental 1 pela Fundação Renova, ressaltando a complexidade da determinação dessa Área, que surtirá efeitos técnicos e administrativos em diversos Programas socioeconômicos e socioambientais do TTAC. Após rodada de apresentação dos presentes, o representante da Renova apresentou a terceira revisão da proposta de Mapa da Área Ambiental 1, discorrendo que, segundo o TTAC, a Área Ambiental 1 corresponde às áreas abrangidas pela deposição de rejeitos, ou seja, as calhas e margens dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, bem como seus afluentes e as regiões estuarinas, costeira e marinha. Teceu comentários acerca da diferenciação da quantidade de rejeitos depositados no trecho entre a área da Samarco e a UHE Candonga, e da Usina até a foz e o mar. Em seguida, apresentou conceitos relativos ao termo “deposição de rejeitos” e explicou que a Fundação, por analogia, utilizou para a definição da área de deposição de rejeitos os termos comumente empregados em Avaliações de Impacto Ambiental, relatando a semelhança com o conceito de Área Diretamente Afetada utilizado em Estudos de Impacto Ambiental no âmbito do licenciamento ambiental. Essa analogia balizou as premissas de interpretação, análise e conclusões da proposta apresentada. Também afirmou que essa metodologia de avaliação de impacto ambiental preconiza que a Área Diretamente Afetada não é o único local onde ocorrem impactos decorrentes da instalação de empreendimentos, os quais podem reverberar para fora dessa área de várias maneiras e, para mensuração desses efeitos, foi criado o conceito de Área de Estudo, a qual engloba as áreas de abrangência dos estudos em condução ou a serem conduzidos pela Fundação, com o objetivo de identificação e delimitação da abrangência dos impactos. Adiante, o representante da Renova explanou que, por se tratar de conceito dinâmico, o mesmo pode ser revisto ao longo do desenvolvimento dos estudos, dependendo dos resultados. Para a definição da Região Continental da Área Ambiental 1, foram utilizados os limites estabelecidos pelo Programa de Manejo de Rejeitos, apresentado em documento enviado pela Fundação em atendimento à Cláusula 150 do TTAC, que trata da realização de estudos de identificação e avaliação detalhada da Área Ambiental 1, considerando a situação anterior e os efeitos derivados do rompimento da barragem de Fundão. Salientou que o Plano de Manejo de Rejeitos propôs o reconhecimento visual e por meio de coletas de amostras como metodologia para identificação dos locais onde estavam depositados os rejeitos, tanto nas calhas quanto nas margens. Por outro lado, para a definição da Região Costeira da Área Ambiental 1, os estudos foram mais complexos devido à dinâmica da região, não-linear como o rio Doce, e à escassez de pesquisas disponíveis que evidenciem a deposição de rejeitos no ambiente marinho. Salientou que o mapa proposto se baseou em quatro estudos principais, sendo um da Marinha do Brasil, outro de consultoria contratada pela Renova, e outros dois realizados pela UFES. Com relação ao primeiro estudo, ocorrido em novembro de 2015 na região litorânea do ES, próximo à foz do rio Doce e da localidade de Regência, em Linhares/ES, foram coletadas diariamente dados hidroceanográficos, biológicos e geológicos para caracterização preliminar dos impactos do Desastre, com dados obtidos em pontos de análise situados entre 1,95 km e 13 km da foz, em profundidades de 8 a 29 metros. Na sequência, expôs o segundo estudo, realizado em janeiro de 2016, que traçou alguns transectos ao norte da foz e a maioria ao sul da foz, incluindo as Unidades de Conservação RVS de

52 Santa Cruz e a APA de Costa das Algas, com profundidade e distância maiores do que os pontos com
53 deposição de rejeitos analisados pela Marinha. O terceiro estudo, divulgado em 2017, com dados
54 coletados entre 2015 e 2016 em oito expedições conduzidas em parceria com entidades de pesquisas
55 lideradas pelo ICMBio, as quais foram realizadas em períodos distintos e com malha de amostragens
56 mantida e ampliada ao longo das expedições. O coordenador da CT-BIO informou que o navio da
57 Marinha auxiliou a pesquisa, todavia não adentrou na pluma sob a justificativa de risco de danificação
58 do motor, o qual era novo, importado e em período de garantia, limitando-se às coletas em pontos
59 marginais. O representante da Renova mencionou que nesse estudo foram documentados os maiores
60 valores de concentração de Material Particulado em Suspensão, logo na primeira semana da chegada
61 dos rejeitos ao mar, e que nos meses de janeiro e fevereiro de 2016 os maiores valores foram
62 observados ao norte da foz, registrando o carreamento de material rumo ao norte. Ao sul, na região
63 das UCs, a expedição ocorrida nesse período constatou que as estações mais profundas apresentaram
64 valores mais elevados de concentração de MPS. Com relação à região de Degredo/ES, informou que
65 os maiores valores foram restritos ao local de amostragem mais rasos, próximos da costa. Adiante,
66 também informou que foi observado um afinamento da granulometria do sedimento superficial em
67 direção ao norte do rio Doce, enquanto na região sul o sedimento mais arenoso foi se estabilizando,
68 com maiores variações nos teores de areia e lama. O coordenador da CT-Bio explicou que as formas
69 de interpretação dos dados devem variar conforme as mudanças físico-químicas das condições da
70 água doce ou salgada, levando também em consideração que o rio possui fluxo constante e lântico,
71 com tendência ao assentamento do sedimento, enquanto o mar possui movimentação extrema
72 constante, carreando o sedimento em vários sentidos. Ademais, comunicou que, atipicamente, em
73 novembro de 2015, na chegada do sedimento ao mar, ocorreram três frentes frias seguidas, com vento
74 sul intenso, resultando em carreamento de grande volume de sedimentos para o norte. Explicou sobre
75 o vórtice oceanográfico permanente na região da foz, o que faz como que a água siga para o norte,
76 apesar da percepção de que as correntes vão para o sul. O coordenador também mencionou que
77 recentemente foi reconhecido o Vórtice Oceanográfico de Vitória, que proporciona a ressurgência de
78 água fria profunda do sul, com ascendência na região de Regência, o que movimenta os sedimentos
79 ao norte, justificando o grande banco camaroeiro ao norte da foz do rio Doce, onde há a acumulação
80 de sedimentos historicamente. Portanto, pode-se inferir que a lama do rejeito não seguiu rumo
81 diferente e se acumulou ao norte, seguindo a dinâmica própria da região, não sendo toda direcionada
82 ao sul, como o esperado em razão da percepção da dinâmica das correntes superficiais. Em seguida,
83 o representante da Renova apresentou o quarto estudo, que trata do conjunto de três relatórios sobre
84 a consolidação de outros dados colhidos em fevereiro de 2016, como parte do monitoramento da foz
85 e região marinha adjacente, em atendimento à Notificação IBAMA nº 16.388-E. Esse estudo foi
86 promovido pela Samarco, que contratou empresa para a coleta dos dados, os quais foram analisados
87 e consolidados pela UFES. O coordenador da CT-BIO informou que a coleta foi acompanhada a
88 bordo pelos técnicos da CT-BIO e da Universidade. O representante da Renova informou que o
89 relatório apontou que a região apresenta domínio lamoso até aproximadamente 20 metros de
90 profundidade, com teores acima do previsto e acréscimo de material fino na região do delta submerso
91 da foz do rio Doce. Em seguida, foram apresentados mapas de granulometrias, com representações
92 gráficas dos materiais cascalho, areia, lama e argila. Nas frações de argila fina e muito fina,
93 relacionadas ao rejeito, os teores foram considerados muito acima dos padrões esperados pela
94 literatura consultada, visto que o material possui fácil ressuspensão pela atividade hidrodinâmica, o
95 que impacta na característica de fundo, no padrão da dinâmica sedimentar local e nas características
96 dos habitats, refletindo sobre as comunidades de organismos bentônicos. Na sequência, o
97 representante da Renova fez breve resumo sobre o que foi apresentado e expôs a proposta de Mapa
98 da Área Ambiental 1, ressaltando que as áreas propostas podem ser constantemente revisadas devido
99 à dinâmica marinha e à variação de aporte de material transportado pelo rio Doce, o que pode alterar
100 a ocorrência e o acúmulo de material no ambiente, sendo que os dados a serem obtidos com os
101 monitoramentos que continuam sendo realizados poderão alterar as conclusões atualmente
102 alcançáveis. Esclareceu que na elaboração do mapa foram consideradas toda a calha e margens onde
103 ocorreu a deposição do rejeito nos rios principais e nos tributários onde ocorreram refluxos,



104 predominantemente até o reservatório da UHE Cadonga. A Lagoa Juparanã foi poupada devido à
105 construção emergencial do barramento, próximo a sua foz, diferentemente das lagoas Nova, Areal,
106 Areão e Monsarrás. No mar, foi considerada uma zona em torno dos pontos que foram encontradas
107 evidências físicas dos rejeitos no fundo e atestado o aumento anormal de componentes de sedimentos
108 no estudo granulométrico de material particulado em suspensão. Quanto às áreas de UCs localizadas
109 ao sul da foz, as mesmas foram destacadas no mapa para evidenciar a necessidade de o monitoramento
110 contínuo do rejeito, visto que a dinâmica do ambiente pode ter carregado material após os estudos de
111 2016. Em seguida, o representante da Renova comunicou que, apesar da Área Ambiental 1 ser
112 limitada às regiões onde se têm evidências de deposição de rejeito, os estudos de biodiversidade e de
113 avaliação de impacto devem ocorrer em áreas mais abrangentes, com o objetivo de avaliação ampla
114 dos sistemas marinho e terrestres, subsidiando dados referentes aos reais impactos ambientais do
115 rejeito e esclarecendo incertezas. Tais estudos deverão extrapolar a delimitação da Área Ambiental 1,
116 permitindo comparações entre áreas afetadas e não-afetadas, possibilitando a compreensão completa
117 dos efeitos do rompimento da Barragem de Fundão. Assim, o representante da Renova apresentou a
118 Área de Influência e a Área de Estudo dos Programas de Conservação da Biodiversidade, em conjunto
119 com a proposta de delimitação da Área Ambiental 1, ressaltando que a Fundação optou por essa
120 alternativa, não considerando os recortes geográficos ou oceanográficos dos Termos de Referência
121 no âmbito do Programa de Conservação da Biodiversidade Aquática, previsto no item 2, alínea “b”,
122 da Deliberação nº 74, pois esses recortes incluem, em grande parte, localidades onde não se
123 comprovou, até o momento, a deposição do rejeito. Na sequência, o coordenador da CT-BIO fez a
124 leitura integral da Deliberação nº 74, para clareza do que foi determinado pelo CIF. No que tange ao
125 mapa proposto para a Área Ambiental 1, ressaltou que, em função da redação do TTAC, o trabalho
126 realizado levando em consideração exclusivamente o termo “deposição de rejeito” não se aplica ao
127 que vem sendo observado ao longo dos últimos três anos, principalmente em relação à área marinha,
128 onde há movimentação constante da pluma de sedimentos. O coordenador discorreu que o termo
129 “deposição” limita a inclusão de determinados locais por onde, comprovadamente por meios visuais
130 diretos e indiretos, a lama passou, mesmo que sem impactos comprovados na região, não permitindo
131 a análise correta de onde o rejeito efetivamente se depositou. Também salientou que os dados podem
132 conter informações defasadas, pois consideram apenas estudos realizados em 2016. Adiante, afirmou
133 que para a elaboração do mapa foram consideradas apenas as evidências diretas, comprovadas por
134 análises biogeoquímicas, não considerando as evidências indiretas, tais como as imagens de satélite
135 constatadas pelo IBAMA e o monitoramento visual por sobrevoos da região. Mencionou que o
136 IBAMA elaborou um mapa, no final de 2016, evidenciando os locais onde a pluma passou, por meio
137 de imagens de satélite, e ressaltou que a CT-BIO e o ICMBio continuam monitorando a região através
138 do uso de aeronaves. Por fim, o coordenador da CT-BIO requisitou a utilização de informações
139 indiretas, com respaldo científico, como a publicação do INPE de 2017, que demonstrou que o
140 anticiclone de janeiro de 2016 carregou a pluma até os parais dos Abrolhos, com estudos
141 oceanográficos respeitados, bem como os dados ainda não publicados expostos na última reunião do
142 GT-Pesca, com gráficos que confirmam o aumento considerável da deposição de minério de ferro nos
143 corais dos Abrolhos nos últimos três anos, com datações e testemunhos históricos. A coordenadora
144 da CT-SHQA relatou que, com base no trabalho diário, foi constatada a necessidade de ampliação da
145 Área Ambiental 1, principalmente no âmbito do Programa previsto na Cláusula 171 do TTAC, o qual
146 trata do abastecimento público de Municípios e localidades ao longo do rio Doce, podendo-se
147 perceber que a área de abrangência do impacto é maior do que a retratada no TTAC ou no primeiro
148 desenho da Área Ambiental 1. Defendeu a visão atualizada e a ampliação da área, sugerindo até uma
149 revisão do TTAC acerca do tema, ressaltando que a CT-SHQA recebe demanda de novas localidades
150 pleiteando a inserção no referido Programa. Em seguida, a coordenadora da CT-GRSA frisou que o
151 Plano de Manejo de Rejeitos não pode ser o único balizador da nova borda de delimitação da Área
152 Ambiental 1 na região continental, sugerindo maiores estudos e detalhamentos para integração dos
153 limites da Área, sob a ótica dos Programas acompanhados pelas outras CTs. Também destacou a
154 importância da conclusão célere da delimitação da Área, em virtude da relação existente entre a
155 definição dessa área e a alocação de recursos compensatórios e reparatórios. Na sequência, o

156 representante da Renova esclareceu que não se trata de estudo de avaliação de impacto, mas de estudo
157 de delimitação da Área Ambiental 1, com base no conceito de área diretamente afetada. Concordou
158 com o coordenador da CT-BIO em relação ao contexto em que o TTAC foi desenvolvido e a redação
159 do conceito de Área Ambiental 1 e as suas implicações e consequências. Por isso, a Fundação sempre
160 se posicionou favoravelmente à constante revisão da delimitação dessa Área. Também concordou
161 com a coordenadora da CT-SHQA sobre a possibilidade de alteração do TTAC e ressaltou que o
162 documento apresentado se trata de um marco inicial, para aproximação e subsídio da discussão sobre
163 a adoção da Área Ambiental 1 como referência. Quanto à utilização do Plano de Manejo de Rejeito
164 para a definição da área da parte continental, o representante da Renova declarou que não foi utilizado
165 o conceito de “Ottobacias”, mas o de “limite da deposição”, visto que o primeiro prevê a necessidade
166 de áreas de intervenções para realocação do rejeito a ser manejado, e o segundo contempla apenas a
167 área de deposição do rejeito, desconsiderando o entorno, mais fiel ao disposto no TTAC. Reiterou
168 que a proposta apresentada deve ser considerada como ponto de partida para a discussão do mapa e
169 destacou a necessidade de cumprimento das deliberações do CIF e das Cláusulas do TTAC pela
170 Fundação, enaltecendo a importância da análise do documento para compreensão dos impactos e
171 identificação das soluções dos desafios. O coordenador da CT-BIO esclareceu que a Área Ambiental
172 2 inclui os Municípios da Área Ambiental 1 e frisou a complexidade dessa questão e as diferenças do
173 continente e do mar, destacando que se fossem apontados os locais em que a pluma percorreu no mar,
174 a área de abrangência se estenderia de Caravelas, no sul da Bahia, até o extremo sul do ES, onde foi
175 observada em sobrevoos, sem garantias de onde o rejeito se depositou ou não, mas que a passagem
176 da pluma alterou a qualidade da água, sendo incerto se o sedimento se precipitou, porém continua em
177 suspensão. Ressaltou os altos valores dispendidos em voos de helicópteros e aviões para
178 monitoramento pela Renova e pela Administração Pública, cujos dados ainda não foram utilizados
179 pela Fundação para elaboração do Mapa, e enfatizou a complexidade das ações socioeconômicas,
180 pois, caso todos os locais em que a pluma passou forem incluídos como Área Ambiental 1, pode haver
181 um aumento desproporcional do número de atingidos. Por outro lado, o coordenador relatou que vem
182 ocorrendo casos de oportunismo de pessoas que querem ser incluídas, assim como de Municípios
183 turísticos que não querem ser incluídos como área impactada devido às externalidades
184 socioeconômicas, que podem ser positivas ou negativas. Adiante, discorreu que as comunidades de
185 São Mateus, Barra Nova e Barra Seca, no ES, foram reconhecidas como atingidas pelo CIF na
186 Deliberação nº 58, mas não foram incorporadas na Área Ambiental 1. O Secretário Executivo do CIF
187 citou o caso de Ponte Nova/MG, cujo Distrito de Chopotó foi comprovada e diretamente afetado pelo
188 rejeito, reconhecido pela Renova, mas sem que o Município fosse incluído nos outros Programas do
189 TTAC. O coordenador da CT-BIO enalteceu a importância da discussão, a qual não poderia ser
190 restringida ao âmbito da própria CT-BIO, visto que necessita do retorno técnico das equipes das
191 demais CTs. A coordenadora da CT-SHQA informou que o relatório sobre abastecimento público a
192 ser apresentado na reunião do CIF de dezembro contém a visão sobre a situação atual, bem como
193 considerações sobre a inserção das novas localidades e Municípios. Discorreu sobre as medidas de
194 alterações de pleito dos Municípios no âmbito da CT-SHQA e os pleitos para inclusão de Ponte Nova
195 e outra localidades, os quais deverão ser considerados como medidas reparatórias. Ressaltou a
196 importância da delimitação da Área Ambiental 1 em razão do custeio das ações e programas
197 reparatórios. O representante da Renova esclareceu que o reconhecimento do atingido não está
198 relacionado ao interior da Área Ambiental 1 e explicou que uma das premissas da proposta
199 apresentada é o conceito de Área Diretamente Afetada, mas que o conceito de Área de Estudo,
200 correlacionado, reconhece que os impactos podem reverberar para fora da Área Diretamente Afetada.
201 Assim, o reconhecimento de outras localidades e Municípios como impactados ou atingidos
202 independem da delimitação da Área Ambiental 1, mas dependem da verificação da ocorrência do
203 impacto. Portanto, a Área Ambiental 1, à luz do TTAC e segundo a interpretação da Fundação, é uma
204 delimitação da Área Diretamente Afetada, ou seja, onde houve a deposição de rejeitos, e não onde
205 houve impacto, o qual pode ter ocorrido em outros lugares. O coordenador da CT-ECLET ressaltou
206 que o mapa físico onde foram depositados os rejeitos se diferencia do mapa de estudos e do mapa de
207 impactos, asseverando que, do ponto de vista da cultura e do patrimônio, há comprovadamente

208 reverberação dos impactos, citando como exemplo o refluxo da lama de rejeitos na região de Chopotó,
209 em Ponte Nova, onde houve impacto cultural na comunidade e em comunidades distantes que usavam
210 aquele local para pesca e lazer. Também declarou que no setor de turismo e lazer, em que pessoas se
211 deslocam de um lugar ao outro, também deve ser demandado um mapa de impacto com urgência,
212 pois as pessoas e comunidades atingidas aguardam o posicionamento do CIF e as ações de reparação,
213 as quais reduzem os impactos sociais na atividade de lazer e turismo, apesar de demandarem tempo
214 de maturação para serem recuperadas. A coordenadora da CT-GRSA questionou a diferença entre a
215 Área de Estudos e a Área Ambiental 1, tendo em vista a faixa de 5 km de cada margem prevista
216 somente na primeira. O representante da Renova esclareceu que a Área de Estudos deve ser mais
217 abrangente para comparações entre áreas afetadas e não afetadas, sendo assumida a premissa de até
218 5 km do rio Doce, prevista na legislação, em analogia aos instrumentos da avaliação de impacto
219 ambiental de empreendimentos lineares, considerando-se o rio como uma ferrovia ou rodovia, para
220 efeitos da avaliação de impacto. Então, a Fundação supõe que podem ser encontradas áreas não
221 afetadas dentro de 5 km de distância da margem do rio, as quais poderão ser utilizadas como
222 comparação com aquelas afetadas. A coordenadora da CT-GRSA sugeriu que o local identificado
223 como impactado na Área de Estudos seja incluído na Área Ambiental 1. O representante da Renova
224 reafirmou que, conforme estabelecido no TTAC atualmente, somente os locais onde haver deposição
225 de rejeitos podem ser considerados como Área Ambiental 1. O coordenador da CT-BIO salientou que
226 um dos motivos da presente reunião se trata justamente da análise da insuficiência do conceito de
227 deposição de rejeitos, para a avaliação do impacto no meio aquático. A representante da Renova
228 defendeu a manutenção da Área Ambiental 1 como uma área diretamente afetada e de deposição de
229 rejeito, mas sem que haja exclusão de outros pontos de análise, afirmando que a forma em que a Área
230 Ambiental 1 foi concebida não limita a Área de Estudos, a qual contempla estudos de diversos
231 Programas do TTAC que extrapolam os limites da Área Ambiental 1, não somente o monitoramento
232 da biodiversidade. Alegou que os estudos ambientais são mais objetivos e que a construção do mapa
233 de impactos com estudos socioambientais possuem difícil classificação, propondo que a forma de
234 entendimento da Área Ambiental 1 não seja alterada, mas considere outras perspectivas. Adiantou
235 que a Área Ambiental 2 seria o segundo passo, seguida da área de impacto e da área de estudo,
236 sugerindo que a proposta da Área Ambiental 1 seja definida primeiramente. O coordenador do
237 GAT/CIF pontuou que esta reunião intercâmaras conta com a presença de apenas dois representantes
238 da Renova e que estudos extremamente importantes vêm sendo apresentados pela Fundação em
239 somente uma ou outra CT, o que demonstra aparente falta de intercâmbio de informações entre os
240 setores da Renova sobre as interfaces dos Programas entre mais de uma CT do CIF. Citou como
241 exemplo a reunião entre a equipe da Renova e a CT-GRSA, em que uma das propostas seria a inclusão
242 da questão das nascentes para melhoria da qualidade da água, mas que o posicionamento da Fundação
243 foi no sentido de que as nascentes não fazem parte da área impactada, as quais não poderiam ser
244 tratadas no âmbito da CT-GRSA. O coordenador ressaltou que o CIF vem priorizando a realização de
245 reuniões intercâmaras para troca de informações entre as CTs e discussões interdisciplinares, mas que
246 a Renova também necessita urgentemente proceder da mesma forma. Explicou que a utilização de
247 apenas 5 km como regra não considera diversas variáveis, pois existem tributários com distintos
248 níveis de importância para a recuperação da calha principal, cuja vazão de água elevada deve ser
249 priorizada. Mencionou que a aplicação dessa regra fixa poderá ser inviável, explicando que,
250 comparativamente, os 5 km dos estudos lineares possuem outras condições e que ferrovias e linhas
251 de transmissão são muito diferentes da recuperação ambiental de uma bacia hidrográfica em que cada
252 tributário possui especificidades próprias, e que a deposição de rejeitos possui volumes diferenciados,
253 com locais que variam entre 0,5 e 3 metros de rejeito. Enalteceu o início desse relevante debate e
254 sugeriu que a equipe da Renova apresente a proposta de Área Ambiental 1, analisada pelas CTs, para
255 as outras áreas da Fundação. O representante da Renova informou que a delimitação dos 5 km se trata
256 de premissa para o estudo da biodiversidade, relativo ao monitoramento de fauna e flora terrestre, a
257 qual foi proposta dessa forma por ocasião da apresentação do Estudo de Avaliação de Impactos sobre
258 as Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna e Flora Terrestre, a qual foi aceita pela CT-BIO, sendo
259 utilizada para verificação dos locais até onde houve repercussão dos impactos, a partir das margens



260 de cada lado do rio. Frisou que essa premissa não será necessariamente utilizada para outros
261 Programas, os quais deverão identificar e apresentar a as respectivas áreas de estudos, de extrema
262 importância para o desenvolvimento integrado da avaliação de impacto. Adiante, mencionou que os
263 estudos foram construídos com as outras áreas da Fundação e informou que o mesmo foi elaborado
264 em conjunto com as equipes do manejo de rejeito, uso sustentável da terra, qualidade da água, pesca
265 e cadastro, destacando que a proposta da Área Ambiental 1 refletiu o posicionamento completo da
266 Fundação. A coordenadora da CT-SHQA sugeriu que cada CT apresente proposta de ampliação da
267 Área Ambiental 1, comunicando que a CT-SHQA possui condições de elaboração de um mapa mais
268 ampliado em relação à Cláusula 171 do TTAC. Assim, solicitou registro em ata da seguinte sugestão:
269 Realização de um *workshop* para integração das propostas e conceitos para ampliações de seus
270 Programas para a Área Ambiental 1, para consolidação de um produto final alinhado e destinado a
271 todos os Programas. O coordenador da CT-BIO reiterou a complexidade administrativa e de gestão
272 da questão e frisou que o GAT/CIF foi instituído para análise e integração dos Programas entre as
273 CTs, sugerindo maior participação na definição da Área Ambiental 1. O coordenador da CT-INFRA
274 declarou que a definição muito restrita da Área Ambiental 1 inviabiliza a realização de estudos e
275 ações administrativas e de gestão, tanto para os órgãos públicos, quanto para a Fundação. O
276 representante da Renova asseverou que a discussão versou primordialmente sobre a inadequação do
277 conceito previsto no TTAC, do que acerca da inadequação do estudo apresentado, ressaltando a
278 percepção do potencial impacto e a reavaliação dos estudos propostos a médio prazo, visando à
279 reparação e compensação adequadas. O coordenador da CT-BIO instruiu que todos os coordenadores
280 internalizem a análise do Mapa da Área Ambiental 1 proposto pela Renova, solicitando o seguinte
281 **Registro em ata:** A Fundação Renova cumpriu a Deliberação nº 74, uma vez que, a princípio,
282 apresentou o documento do estudo base para análise das demais CTs. Registra-se o seguinte
283 **Encaminhamento:** Será agendada nova reunião intercâmaras em fevereiro, em Belo Horizonte/MG,
284 com data próxima à reunião ordinária do CIF, para prosseguimento da análise conjunta e tratativas
285 acerca da delimitação da Área Ambiental 1. As CTs deverão analisar detalhadamente o mapa proposto
286 e a documentação encaminhada, para discussão na próxima reunião. Por fim, foi tratada a sugestão
287 de realização de congresso ou seminário de cunho acadêmico-técnico-científico, para debates sobre o
288 processo de recuperação da Bacia do Rio Doce, com a apresentação dos estudos realizados na região
289 nos últimos anos. **Encaminhamento:** A Fundação Renova deverá proceder levantamento
290 bibliográfico amplo de todas as pesquisas realizadas na Bacia do Rio Doce, com mapeamento de toda
291 a produção técnica e científica relativa à região, antes e depois do Desastre, a ser enviado à SECEX.
292 O representante da Lactec mencionou que recentemente foi elaborado relatório com a compilação de
293 diversos estudos da região, o qual poderá ser utilizado para o início do levantamento. A 7ª Reunião
294 Intercâmaras do Comitê Interfederativo foi encerrada às treze horas do dia 28 de novembro de 2018.



Secretário Executivo do CIF
IBAMA/PRESIDÊNCIA